

Edição nº 39 – 10 a 14 de julho

**EM MAIS UMA SEMANA DELICADA PARA O GOVERNO,  
CONGRESSO DÁ SEGUIMENTO A MATÉRIAS RELEVANTES**

Na semana em que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados iniciou o processamento da denúncia por corrupção contra o presidente da República, Michel Temer, outras comissões aprovaram matérias importantes em diversos setores.

Na última quinta-feira, a Comissão Mista do Congresso Nacional concluiu a votação da Medida Provisória (MP) nº 774/2017, que acaba com a desoneração tributária de alguns setores da economia. A desoneração tributária, instituída em 2011, altera a contribuição previdenciária patronal. Ao invés de recolher a contribuição sobre a folha de pagamento, a empresa beneficiada pode recolher com base na receita bruta e com alíquotas diferenciadas.

Durante a análise na Comissão Mista, vários setores que perderiam os benefícios de acordo com o texto original da MP foram excluídos da medida pelos parlamentares e, portanto, permanecerão sob regime especial de tributação. Agora, o texto deverá passar pelo Plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovado, será encaminhado também ao Senado Federal.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou, na última quarta-feira, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 767/2015, que regula a contratação de seguro mínimo ambiental. O projeto permite que a autoridade ambiental institua, no momento do licenciamento do empreendimento, a obrigação da contratação de seguro mínimo para proteção do meio ambiente e terceiros. Atualmente, não há uma obrigação de contratação de seguro para riscos ambientais, que fica a critério do empreendedor.

A CAE também aprovou o PLS nº 18/2016, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que visa conferir maior segurança jurídica aos negócios jurídicos firmados com empresa em recuperação judicial. Ele trata principalmente dos créditos extraconcursais, aqueles assumidos em decorrência da recuperação judicial e que possuem prioridade na

ordem de pagamento em caso de decretação de falência e visa estipular o exato momento em que estes créditos surgem. Segundo os legisladores, a nova Lei de Falência (Lei nº 11.101/2015) é confusa nesse ponto.

O PLS nº 18/2016 recebeu um substitutivo apresentado pelo relator Dalírio Beber (PSDB-SC), o que exige nova votação pela própria CAE em turno suplementar. Todavia, como tramita de forma terminativa, se aprovado será encaminhado diretamente à Câmara dos Deputados, dispensando a análise pelo Plenário do Senado Federal.

Também na última quarta-feira, a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 8.322/2014, originário do PLS nº 317/2013, do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.

O projeto foi recebido na Câmara em dezembro de 2014 e teve um substitutivo ao projeto original aprovado no âmbito da Comissão de Minas e Energia (CME) no fim de 2015. Na CFT, o relator, deputado Miro Teixeira (REDE-RJ), apresentou parecer pela aprovação do texto original da matéria e pela rejeição do substitutivo da CME, que, além da isenção do imposto de importação sobre produtos para geração de energia solar, ainda previa isenção de IPI, PIS/PASEP e Cofins de produtos relacionados à geração de energia solar e eólica. Segundo o deputado Miro, seria inadequado, do ponto de vista orçamentário, uma lei com tamanho alcance, uma vez que não há indicação de onde a União, os estados e os municípios iriam compensar as perdas causadas pela isenção concedida, apesar dos ganhos em termos ambientais serem elevados.

O PL nº 8.322/2014 deverá seguir agora à CCJC da Câmara e, na sequência, poderá ser submetido à votação pelo Plenário da Casa.

**7 Dias no Poder** é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

**Luiz Fernando Visconti** (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

[www.tozzinifreire.com.br](http://www.tozzinifreire.com.br)

## DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

### **CFT/CD APROVA PROJETO QUE REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO**

Na quarta-feira (5), a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou o PL nº 2.027/2007, de autoria do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que disciplina a comercialização dos créditos de carbono e dos certificados de redução de emissões relativos aos empreendimentos contratados pelos programas governamentais de incentivo ao uso de energia elétrica gerada por fonte alternativa. Pelo projeto, o empreendedor se apropriará dos direitos ou benefícios financeiros provenientes desses créditos para comercialização. O projeto busca garantir que os empreendimentos de produção de energia elétrica a partir de fontes alternativas possam comercializar, em benefício próprio, os créditos de carbono que gerarem. A proposição já teve pareceres aprovados na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Minas e Energia e, agora, Finanças e Tributação. De acordo com o relator da matéria na CFT, deputado Edmar Arruda (PSD-PR), a comercialização dos créditos de carbono depende de um ambiente propício ao desenvolvimento desses negócios e o Brasil tem grande capacidade, em função de suas características naturais, para o mercado de carbono. O PL segue agora à CCJC e, se aprovado, poderá seguir ao Senado Federal sem a necessidade de ser deliberado em Plenário.

### **CMADS/CD APROVA PROJETO QUE ALTERA A POLÍTICA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS**

Na última quarta-feira, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), da Câmara dos Deputados, aprovou o PL nº 3.775/2015, que altera a Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens para aprimorar os requisitos de elaboração e os critérios para implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE), nos termos do parecer do relator,

deputado Stefano Aguiar (PSD-MG). Dentre os vários pontos da proposição, estão a inclusão da definição de procedimentos emergenciais a serem adotados em caso de acidente ou desastre, obrigação da elaboração de PAE para todas as barragens, independentemente da classificação de risco ou do dano potencial associado, e a previsão da elaboração do PAE como condição prévia para a obtenção de licença de operação do empreendimento. Agora, o PL seguirá à CME para deliberação.

### **CCTCI/CD APROVA INCENTIVOS PARA P&D**

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 6.601/2016, de autoria do deputado Francisco Floriano (DEM-RJ), que permite a dedução de despesas em P&D com empresas ou pesquisadores estrangeiros nos casos que especifica, nos termos do parecer apresentado pelo relator, deputado Celso Pansera (PMDB-RJ). A proposição ainda será submetida à análise da CFT e da CCJC da Câmara.

### **CDC/CD APROVA PROJETO QUE CONFERE PRIORIDADE DE COMPRADORES DE IMÓVEIS EM CASO SE FALÊNCIA DE CONSTRUTORAS**

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 4.032/2015, de autoria do deputado Marcelo Belinati (PP-PR), que altera a Lei de Falências para determinar que os compradores de imóveis, quando não possuírem mais de um imóvel, tenham prioridade em receber os valores pagos em caso de falência de construtoras, incorporadoras e imobiliárias, nos termos do parecer do deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC). O PL ainda será analisado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e pela CCJC na Câmara.

## AGENDA DA SEMANA

### SENADO FEDERAL

#### FIQUE DE OLHO

#### PLENÁRIO

11/07/2017, ÀS 11H

**PLC nº 38/2017**, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (“Reforma Trabalhista”).

Relator: sen. Romero Jucá (PMDB-RR)

Relatório: pela aprovação.

#### GLOSSÁRIO

**PEC:** Proposta de Emenda à Constituição

**PLP:** Projeto de Lei Complementar na Câmara

**PLR:** Projeto de Lei Complementar no Senado

**PL:** Projeto de Lei Ordinária na Câmara

**PLC:** Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

**PLS:** Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

**MP:** Medida Provisória

**PLV:** Projeto de Lei de Conversão

**PRC:** Projeto de Resolução da Câmara

**PRS:** Projeto de Resolução do Senado

**PDC:** Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

**PDS:** Projeto de Decreto Legislativo do Senado

**PFC:** Proposta de Fiscalização e Controle

**RCP:** Requerimento de Constituição de CPI

**REQ:** Requerimento

**VET:** Veto

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)**  
11/07/2017, às 10H

**FIQUE DE OLHO**

**PLS nº 18/2016**, que visa conferir maior segurança jurídica aos negócios jurídicos firmados com empresa em recuperação judicial.

Relator: sen. Dalirio Beber (PSDB-SC)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)**  
11/07/2017, às 8H30

**PLS nº 445/2016**, que obriga prestadoras de serviços regulados a atenderem ligações provenientes de linhas móveis.

Relator: sen. Otto Alencar (PSD-BA)

Relatório: pela aprovação.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PLENÁRIO**

10/07/2017, às 18H30, 11/07/2017, às 14H, 12/07/2017, às 14H, e 13/07/2017, às 9H

**FIQUE DE OLHO**

**PLV nº 20/2017**, originário da MP nº 775/2016, que obriga o registro dos bens constituídos em todas as operações realizadas no mercado financeiro (bancário, interbancário e acionário).

Relator: dep. Aelton Freitas (PR-MG)

Relatório: pela aprovação.

**PL nº 333/1999**, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Relator: dep. Paulo Magalhães (PSD-BA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 4.742/2001**, que introduz no Código Penal Brasileiro a tipificação do crime de assédio moral no trabalho.

Relator: ex-dep. Aldir Cabral (PRB-RJ)

Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo do Senado Federal.

**FIQUE DE OLHO**

**PL nº 1.202/2007**, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Relator: dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)**

11/07/2017, às 9H

**PLS nº 110/2017**, que garante ao usuário o direito de acumular e usufruir, a qualquer tempo, do saldo de dados de internet móvel não consumido no mês contratado.

Relator: sen. Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

Relatório: não apresentado.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)**  
11/07/2017, às 9H

**PLS nº 292/2014**, que regulamenta a profissão de despachante documentalista.

Relatora: sen. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)**  
12/07/2017, às 10H

**PL nº 4.026/2004**, que dispõe sobre os limites à concentração econômica nos meios de comunicação social, impondo limites para concessão, permissão ou autorização para a execução de serviços de radiodifusão.

Relator: dep. Domingos Neto (PSD-CE)

Relatório: pela rejeição.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)**

**REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS**

10/07/2017, às 14H30, 12/07/2017, às 11H, 13/07/2017, às 11H, e 14/07/2017, às 11H

**Solicitação para instauração de Processo nº 1/2017**, do Supremo Tribunal Federal, que encaminha denúncia formulada pelo Ministério Público Federal em desfavor do presidente da República, Michel Temer, nos autos do Inquérito nº 4.517.

Relator: dep. Sergio Zveiter (PMDB-RJ)

Relatório: a proferir.

11/07/2017, às 10H

**PEC nº 227/2016**, que prevê eleições diretas no caso de vacância da presidência da República, exceto nos seis últimos meses do mandato.

Relator: dep. Espiridião Amin (PP-SC)

Relatório: pela admissibilidade.

11/07/2017, Às 14H30

**PL nº 1.135/2015**, que dispõe sobre cessação ou interrupção da fabricação de medicamentos de uso contínuo ou continuado.

Relator: dep. Paulo Teixeira (PT-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 3.163/2015**, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado.

Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)**

12/07/2017, Às 9H30

**PL nº 1.634/2015**, que determina que fabricantes de veículos utilizem dados do RENAVAL para enviar correspondências aos proprietários dos veículos defeituosos informando sobre a existência de recall e as condições e locais para a substituição das peças defeituosas.

Relator: dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 3.648/2015**, que limita a taxa de administração cobrada no segmento de fundos de investimento.

Relator: dep. Ademir Camilo (PODE-MG)

Parecer: pela aprovação.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

12/07/2017, Às 10H

**PL nº 5.141/2013**, que isenta da CIDE incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural, álcool etílico combustível e derivados os produtos utilizados em serviços públicos de transporte coletivo urbano municipal e alternativo.

Relator: dep. Angelim (PT-AC)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)**

12/07/2017, Às 9H30

#### FIQUE DE OLHO

**PL nº 522/2015**, que altera a Lei Anticorrupção para condicionar a validade de acordos de leniência à obrigação do celebrante não praticar nenhum dos ilícitos a que se refere esta Lei por 10 anos.

Relator: dep. Marcos Reategui (PSD-AP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 1.510/2015**, que proíbe o repasse ao consumidor de qualquer valor a título de corretagem.

Relator: dep. Mauro Pereira (PMDB-RS)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 4.763/2016**, que dispõe sobre incentivos fiscais para produção de veículos movidos a gás.

Relator: dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)

Relatório: pela aprovação, com emendas e substitutivo.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)**

12/07/2017, Às 10H

**PL nº 57/2011**, que proíbe a realização de apostas em evento de natureza esportiva pela rede mundial de computadores.

Relator: dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

**PL nº 6.238/2013**, que aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas até US\$ 1.200,00 (mil e duzentos dólares norte-americanos), ou o equivalente em outra moeda, por passageiro.

Relator: dep. João Gualberto (PSDB-BA)

Relatório: pela rejeição.

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)**

12/07/2017, Às 10H

**PL nº 4.663/2016**, dispõe sobre a exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes.

Relator: dep. Roberto Sales (PRB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**

12/07/2017, Às 10H

**PL nº 1.566/2015**, que busca unificar a consulta dos cadastros de pessoas jurídicas, criando o Cadastro Nacional do Registro Comercial (CNRC) e o Sistema Nacional Unificado de Consulta de Dados Comerciais (SINURC), que funcionarão de forma integrada com o CNPJ e o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc).

Relator: dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)

Relatório: pela aprovação.

**PL nº 1.981/2015**, que dispõe sobre juros de mora e atualização monetária dos débitos judiciais trabalhistas.

Relator: dep. Lucas Vergílio (SD-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)**

12/07/2017, Às 10H

**PL nº 409/2015**, que institui isenção da contribuição para o PIS/PASEP, COFINS e CIDE-Combustíveis incidente sobre o óleo diesel utilizado na agricultura e pecuária e nos transportes de passageiros e de cargas.

Relator: dep. Ezequiel Fonseca (PP-MT)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.